

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

IDOSOS E CRIANÇAS – CIDADANIA E FUTURO

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo meu tutor”

Marcelo Nova Guimarães
No. de matrícula: 9714940

Orientador: José Márcio Camargo

Junho de 2002

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

“Esse trabalho é dedicado à minha família; sem ela, nada disso seria possível.”

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO.....	6
II- IDOSOS.....	13
III – CRIANÇAS.....	22
III.1 – Bolsa Escola e incidência de pobreza entre as crianças.....	24
VI – CONCLUSÃO.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	33

INDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

I- GRÁFICO 1.....	12
II- GRÁFICO 2.....	16
III- GRÁFICO 3.....	17
IV-TABELA 1.....	18
V- TABELA 2.....	27
VI- TABELA 3.....	28

I-INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda no Brasil, além de produzir um enorme contingente de miseráveis, o que por si só já seria motivo suficiente para se combatida, é um entrave para o crescimento econômico e uma ameaça à democracia. Determinar quem são os mais atingidos pelo espantoso grau de concentração de riqueza no país, é o primeiro passo para a formulação de políticas bem focadas, que venham a ser bem sucedidas, a ponto de pelo menos atenuar a situação atual de uma grande parcela da população brasileira.

Pesquisas recentes estimam que cerca de 40% da população brasileira é pobre, ou seja, não possui renda suficiente para evitar a subnutrição; a concentração de renda não é menos assustadora: Os 20% mais ricos detêm cerca de 64,1% da renda gerada no país, cabendo aos 20% mais pobres, apenas 2,2%. É importante diferenciar os conceitos de pobreza e de desigualdade; pobreza afeta à família, enquanto a desigualdade, ao indivíduo. A introdução desse trabalho, tem como objetivo a definição dos conceitos de pobreza e a apresentação de índices que venham a ajudar na investigação também sobre o grau de concentração de renda no país. No capítulo 2, será feita uma análise da situação dos idosos, e a das políticas existentes, como por exemplo a que garante a todos indivíduos acima de 60 anos um rendimento mínimo mensal, para a diminuição de incidência de pobreza nessa faixa etária; no capítulo 3, essa análise será feita levando-se em consideração as crianças, e com uma subseção sobre a bolsa escola; o capítulo 4 trará a conclusão do estudo, contendo

uma comparação da situação das duas faixas etárias, tentando definir qual deveria ser o foco para uma política de combate a pobreza eficiente.

A escolha de um trabalho baseado nas condições de crianças e idosos, deve-se ao fato de serem estes grupos sócio econômico (a partir de agora, idosos e crianças serão tratados como sendo dois grupos sócios econômicos distintos) os mais atingidos por políticas de combate a pobreza, por estarem, pelo menos teoricamente, fora da população economicamente ativa (PEA), ou seja, não possuem força de trabalho; apesar de na prática, uma parcela considerável desses grupos, possuir rendimentos gerados pelo trabalho.

A pobreza é um conceito multidimensional, o que a torna difícil de ser medida; de maneira simplificadora, utiliza-se o conceito único de insuficiência de renda, definindo como pobre os indivíduos que vivem em famílias que possuam renda per capita abaixo de um determinado nível capaz de satisfazer as suas necessidades mais básicas; esse nível de renda limite é denominado linha de pobreza, uma espécie de parâmetro que varia por regiões, de acordo com o custo de vida de cada lugar.

Analisando-se pobreza como sendo exclusivamente insuficiência de renda, considerando então pobres os indivíduos que vivem em famílias com renda per capita abaixo de uma linha de pobreza, dois determinantes influem diretamente para a geração da pobreza em uma família:

- a proporção de pessoas da família que trabalham
- a renda dos membros da família que trabalham

O primeiro fator, é o grau de dependência existente dentro da família; quanto maior o número de desempregados (que é determinado pelo mercado de trabalho), bem como o de aposentados e crianças (uma questão demográfica), maior a possibilidade dessa família vir a ser pobre. Se nos referimos aos desempregados com a letra u , idosos e crianças com d e aos trabalhadores que geram renda com s , poderemos formar a primeira parte de uma equação que determine o grau de pobreza de uma família. Sendo Y a renda:

$$Y = (1-u) s / (1+d);$$

O segundo fator é a capacidade dessa parcela que trabalha, de gerar renda. Quanto maior a qualidade, dos postos de trabalho e dos próprios trabalhadores, maior a renda que geram. A qualidade dos postos de trabalho nada mais é, que o preço do produto (p), além da eficiência(z) e da tecnologia(g) utilizada no processo produtivo; a qualidade do trabalhador, depende do seu potencial (t) e do seu esforço (e). É importante salientar, que maior será a capacidade do trabalhador em se apropriar do valor de seu trabalho, quanto maior for o seu poder de barganha (b): Completa-se então a equação acima:

$$Y = (1-u) \frac{s}{1+d} (b z p g) (et)$$

Assim sendo, uma família possui baixos rendimentos, quando existe um alto número de desempregados (u), ou um baixo número de empregados ou qualquer indivíduo que gere renda (s), ou quanto maior a parcela de membros dessa família, que está fora da população economicamente ativa (s); também devido a um baixo poder de barganha (b), baixo grau de eficiência(z), baixo valor de seu trabalho (p) e ao baixo nível tecnologia (g) utilizada pelos membros da família que trabalham; além desses fatores, a renda familiar per capita abaixo da linha da pobreza, pode ser consequência do baixo esforço (e) e do baixo potencial (t), desses trabalhadores.

A presença de idosos e crianças em geral tendem a aumentar o número de dependentes em uma família; a aposentadoria porém, faz com que os idosos contribuam para geração de renda, apesar de estarem fora da população economicamente ativa, já as crianças que deveriam ser o maior exemplo de relação de dependência em uma família, têm sido no Brasil, um importante fator gerador de renda, ganhando esmolas nas ruas, nos sinais de trânsito, servindo de mão-de-obra barata nos campos e em diversos ramos de atividades produtivas; são muito mal remuneradas, mas ganham o suficiente muitas vezes para aumentar proporcionalmente de maneira significativa a renda per capita da família; perdem no entanto preciosos anos de estudo, perda essa que será determinante, para que no futuro sejam trabalhadores de baixas qualificação e poder de barganha, e condenem suas futuras famílias à pobreza além de retardarem o crescimento econômico do país; a educação é um investimento de longa prazo, e acaba sendo deixada de lado, seja por dificuldade das famílias em perceber essa possibilidade de ganhos futuros, ou simplesmente pela

necessidade dessas famílias, que não podem abrir mão da renda gerada pelas crianças no presente; a bolsa escola é uma importante política para acabar com esse problema a medida que mantém a criança na escola sem diminuir a capacidade de geração de renda dessa família; como já foi mencionado, no capítulo três será analisada a bolsa escola e no dois, o programa de renda mínima.

Estudos indicam que a transferência de algo em torno de apenas 5% do PIB anual para as famílias mais necessitadas seria o suficiente para erradicar a pobreza no Brasil; porém, é necessário que políticas com esse fim, sejam antes de mais nada bem focadas (de modo a transferir recursos a quem realmente mais necessita deles) e bem planejadas, para que não venham influenciar de forma negativa nos mercados (trabalho, capitais ou qualquer outro tipo), diminuindo a eficiência da economia do país, o que traria consequências desastrosas para os índices de pobreza em geral; acontece que uma parte dos recursos destinados a erradicar a pobreza, tem sido constantemente destinada a atender interesses políticos, regionais ou de qualquer outra espécie

Já que uma política de combate a pobreza deve ser bem focada, e os idosos e as crianças são os grupos sócio econômicos mais afetados por essa políticas, é mais que justificado o interesse (ou necessidade), em se estudar as atuais condições desses grupos, o que é o ponto central desse trabalho.

O modelo acima especificado, é valido não somente para indentificar as causas da pobreza de uma família como também de um país; assim sendo, uma rápida análise permite algumas importantes conclusões:

1- Relação de dependência: Os atuais níveis de desemprego do brasil, estão em torno de 7% (IBGE), abaixo da maioria dos países desenvolvidos europeus em torno de 9%, e 12% no Chile. Se olharmos para pirâmide etária brasileira, veremos que o Brasil é um país de jovens, com poucos idosos (que devido aos gastos com o sistema previdenciário, representam uma forte relação de dependência em termos nacionais) e poucas crianças. Concluindo, o Brasil não pode ser considerado um país pobre, devido a porcentagem de trabalhadores em relação à população total

2- Capacidade de geração de renda dos trabalhadores: O Brasil talvez não possua um poder de barganha muito alto em relação às economias mais industrializadas (principalmente a americana, japonesa e européia) no comércio internacional, além de seus produtos serem relativamente baratos e a tecnologia usada no sistema produtivo em geral não ser a de ponta como a utilizada nos países mencionados; portanto, seria esse o primeiro fator à condenar o país, à pobreza. Além disso, seus trabalhadores, são de modo geral de péssima qualificação (o Brasil possui índices de qualidade dos trabalhadores, abaixo do que de países miseráveis da América Latina) e alguns de seus trabalhadores não imprimem o máximo de esforço possível, simplesmente porque algumas políticas contra a pobreza geraram incentivos negativos no mercado de trabalho.

Portanto a qualidade dos postos de trabalho bem como a dos trabalhadores são os focos de geração de pobreza no país. Levando-se em conta, que os dois pontos são intimamente relacionados com a educação, existe desde já, antes mesmo de um estudo mais detalhado da situação dos grupos sócio econômicos citados, a intuição de que o Brasil se encontra na situação em que hoje está, porque gerações passadas não deram às crianças, oportunidades de desenvolvimento necessárias; necessidades essas (principalmente estudo), que ao que parece, continuam sendo ignoradas. No capítulo 4, serão feitas algumas observações sobre esse problema, e de acordo com as condições de cada grupo, podemos afirmar se os idosos continuam sendo mais beneficiados em relação às crianças, o que do ponto de vista econômico, pode trazer futuramente, prejuízos irreversíveis para o país; afinal de contas, existem restrições orçamentárias para implementação de políticas de combate a pobreza, o que torna fundamental que se faça esses recursos se tornarem um investimento que possam trazer o retorno para a sociedade, no médio e longo prazo

A chegada de um indivíduo aos sessenta anos, e o conseqüente direito adquirido à uma renda mínima, significa na maioria dos casos a transformação de uma família pobre em uma não pobre? O quanto esse aumento de nível de vida, depende da região em que vivem os idosos? Quanto um ano a mais de estudos, eleva em média a remuneração desses idosos? Qual a porcentagem de idosos vivendo em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza? E de crianças? Qual a influência de idosos e de crianças que vivem em famílias pobres, sobre os níveis gerais de pobreza no país? Como as estruturas de pobreza

são diferentes entre os idosos e as crianças, os fatores que influenciam a pobreza de cada grupo podem não ser os mesmos ou agir com intensidade distintas, por isso serão estudados em capítulos separados.

Para uma melhor compreensão dos níveis de pobreza e de concentração de renda, serão introduzidos índices que serão usados constantemente para análise de dados nos capítulos posteriores

Indicadores de Foster-Greer-Thorbecke: É um indicador de intensidade de pobreza, a fórmula geral é:

$$P(\alpha) = \frac{1}{n} \sum ((L - W_i)/L)^\alpha$$

L- Linha de Pobreza pré-estabelecida

n- Tamanho da População

W_i – Renda da i-ésima pessoa

O somatório inclui apenas as pessoas consideradas pobres, ou seja, que vivem em famílias com renda per capita abaixo de uma linha de pobreza pré estabelecida.

Assim temos:

$P(0)$ = Proporção de pessoas pobres; quando α é igual a zero, $((L - W_i)/L)^\alpha$ passa a ser igual a 1; logo teremos o somatório de pessoas pobres dividido pela população total.

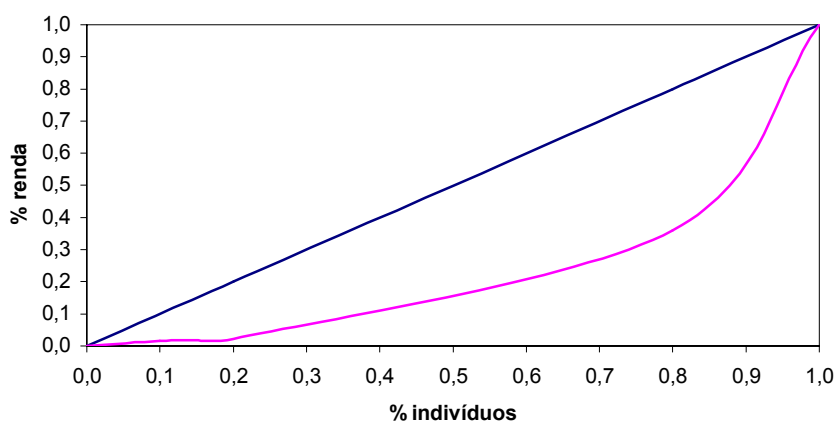
$P(1)$ = Hiato de renda médio, ou seja, proporção da renda que precisa ser redistribuída para que todos passem a ter o mesmo grau de pobreza

$P(2)$ = Hiato quadrático de renda médio

Curva de Lorenz: Associa uma proporção acumulada da renda por uma proporção acumulada da população. Quanto mais convexa é a curva, maior é o grau de desigualdade na distribuição de renda no país; se a curva de Lorenz fosse uma linha reta de 45 graus, indicaria que a distribuição de renda é perfeitamente igualitária. Se fosse possível um indivíduo possuir toda a renda gerada, a curva de Lorenz seria uma reta sobre o eixo X.

Abaixo, uma aproximação da curva de Lorenz para o Brasil, onde os 20% mais pobres da população detêm apenas 2.2% da renda gerada, enquanto os 20% mais ricos ficam com 64% (ou seja, aos 80% mais pobres sobram 35.6%).

GRÁFICO 1



Coefficiente de Gini: Metade da área compreendida entre a curva de Lorenz e a reta de 45 graus. Possui valores restritos ao intervalo (0 e 1), e a medida que aumenta, indica um aumento do grau de concentração de renda. Se a renda é igualmente distribuída, a curva de Lorenz seria igual a reta de 45, assim a área compreendida entre as duas, seria igual a zero.

Índice de Theil: Assim como o coeficiente de Gini, é um índice que mede o grau de concentração de renda numa determinado lugar. A interpretação é a mesma; quanto maior seu valor, maior é a concentração de renda. É definido por:

$$T = \sum y_i \log(ny_i)$$

II- IDOSOS:

Ao estudarmos a situação dos idosos no Brasil, temos que ter em mente que a estrutura de pobreza desse grupo sócio-econômico, é diferente da do resto da sociedade. Uma análise da composição de renda domiciliar per capita entre os idosos (PNAD/97), indica que 46,7% da renda gerada vem das aposentadorias e pensões; isso decorre do fato de que a maior parte dos indivíduos acima dos 60 anos, não possui renda gerada de sua própria força de trabalho e de que suas famílias costumam ser menos numerosa que as de não idosos, isso devido a tendência natural dos filhos começarem a sair de casa, a partir de uma certa idade , para montarem sua própria família, fazendo com que a renda domiciliar dependa em grande parte da renda do idoso. Além dessa diferenciação de geração de renda, a necessidade constante de compras de remédios e gastos hospitalares, faz com que a estrutura de gastos dessa faixa etária seja também completamente diferente da do resto da população em geral; por esses motivos, os idosos formam um parcela da população bastante influenciada pela política social governamental; o que ficará evidente nos parágrafos seguintes.

Quando se fala em idosos no Brasil, a primeira imagem que surge, é a de sofrimento, baixas aposentadorias e dificuldades em se manter um padrão digno de vida; mas será que realmente a passagem para velhice representa uma perda de poder aquisitivo e uma condenação a pobreza? De fato a idade traz uma perda de bem estar físico e existe muitas

vezes um desrespeito a terceira idade no Brasil, representada por humilhantes situações de dificuldade para que esses indivíduos tenham acessos a determinados direitos legítimos; mas uma análise da atual situação econômica brasileira, evidencia que os idosos não estão em desvantagem em relação ao resto da sociedade. As conclusões a seguir foram tiradas de dados e análises gráficas colhidas do PNAD e expostas no livro “Muito além dos 60; os novos idosos do Brasil”; serão introduzidas algumas tabelas e gráficos quando necessário, mas a maior parte dos estudos, se baseará em algumas informações que interessam para a resposta de duas questões:

- O grau de pobreza entre os idosos é maior que a do resto da população?
- Qual a influência da renda dos idosos na formação de renda per capita da família, essa renda atua negativa ou positivamente para que essa venha a ser considerada pobre?

A princípio, é de se esperar que a renda do indivíduo aumente até uma determinada idade desde seu nascimento; isso ocorre devido a sua inserção no mercado de trabalho; de fato a renda domiciliar per capita tem um crescimento acentuado nos primeiros 30 anos, para depois apresentar crescimentos menores até os 60 quando ocorre um abrupto declínio passando para uma fase aparentemente estável (com pequenas quedas) até o fim da vida; logo, deve se esperar que os idosos tenham um nível de renda mais alto que a maioria da população, principalmente em relação aos jovens; além disso, a expectativa de vida aumenta com o aumento da qualidade de vida, que parece depender diretamente do poder aquisitivo de cada um; portanto, chegar a velhice não é tão normal para alguém que vive durante muito tempo na miséria, quanto é para pessoas que tem acesso a recursos básicos para a saúde, como alimentação, saneamento, acompanhamento médico entre outros.

Um importante ponto de quebra na relação entre idoso e pobreza, vem do regime especial de previdência rural, posto em prática em 1992, tendo como base, leis de seguridade social garantidas pela constituição de 88. Esse novo regime de benefícios garantiu ao trabalhador rural idoso, um rendimento mensal universalizado em favor não somente do chefe da família, como também ao conjugue e ao trabalhador rural informal; esse tipo de política atacou os principais focos de pobreza entre os idosos, sendo na

maioria das vezes o principal fator gerador de renda de suas famílias, e por conseqüência, trouxe a diminuição da relação de dependência por renda dos idosos; a previdência rural garante um benefício aos mais necessitados, mudando completamente o nível de bem estar das famílias que são integradas por idosos e que possuem rendimentos mensais de até três salários mínimos, mas causando grandes dificuldades de sustentação do sistema previdenciário, abrindo um debate sobre a melhor forma de alocação de recursos de políticas sociais governamentais.

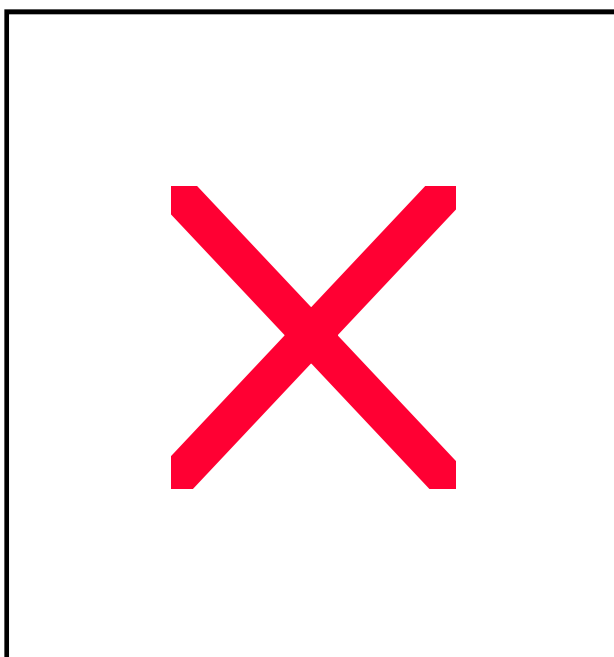
O Brasil é um país cada vez mais velho, no sentido de que o topo da pirâmide etária vem se alargando de maneira significativa nas últimas décadas; se aliarmos esse fato às novas políticas de previdência que se caracterizam por terem um grande número de beneficiados que jamais foram contribuintes, o que acarreta não só uma sobrecarga para esses que dela participam, como também criam incentivo negativo para que outros, que tenham previsões de rendimento futuros pouco acima daquele mínimo universal, garantido a todo cidadão, se lancem na informalidade, cria-se uma tendência, a não ser que sejam criadas outras fontes de arrecadação, de um colapso no sistema previdenciário brasileiro. O objetivo desse estudo é fazer uma análise das condições de pobreza dos grupos mencionados, portanto não serão feitas análises minuciosas sobre a viabilidade das políticas existentes, mas entende-se que, para uma avaliação correta do que realmente está por trás da atual conjuntura social, é necessário que se entre um pouco no campo citado; para encerrar esse ponto, fica a questão se o maciço e não injustificável investimento na melhoria do bem estar dos idosos, quem vem ocorrendo em conjunto com um inadmissível abandono da criança e do adolescente e por consequência do futuro do país, é em virtude de interesses eleitorais, visando favorecer um grupo que tem representatividade eleitoral, em detrimento de outro, que simplesmente não tem voz. É vantajoso o estouro previdenciário e o conseqüente aumento da dívida pública, num país com recursos limitados e com um infância perdida?

Os gráficos 2 e 3 dão um boa noção do excelente resultado no combate a pobreza das famílias de idosos, vindo das políticas previdenciárias mais recentes.

O primeiro representa a Curva de Lorenz (ver introdução) da população brasileira, dividida em dois grupos etários e o total. A primeira conclusão, é de que a renda está

melhor distribuída entre os 40% mais pobres da população acima de 60 anos, do que entre os indivíduos com idade entre 25-49 anos; em compensação é mais desigual nos últimos decis da população de idosos em relação aos jovens; resumindo, os idosos pobres, são menos pobres do que os não idosos pobres; como se convencionou chamar de pobres, os indivíduos com renda per capita familiar abaixo de uma linha de pobreza pré definida, a melhor interpretação seria a constatação de que é mais difícil um indivíduo que esteja numa família integrada por pelo menos um idoso, vir a ser classificado como pobre, do que para indivíduos de famílias sem a presença deles (por definição, esse estudo não terá mais ou menos pobres, e sim pobres ou não pobres). Isso é consequência tanto da garantia de uma renda mínima para qualquer cidadão de terceira idade que comprove situação de miséria e principalmente da previdência rural, que atua nas áreas onde historicamente a situação de pobreza é mais acentuada, ou seja nos campos e nas áreas pouco urbanizadas, como por exemplo o nordeste rural e os pequenos municípios em sua volta, principal foco de miséria no país; áreas onde o acréscimo de um salário mínimo no orçamento familiar, representa na maioria das vezes um incomensurável aumento de nível de vida, transformando os idosos no principal componente gerador de renda das famílias mais humildes.

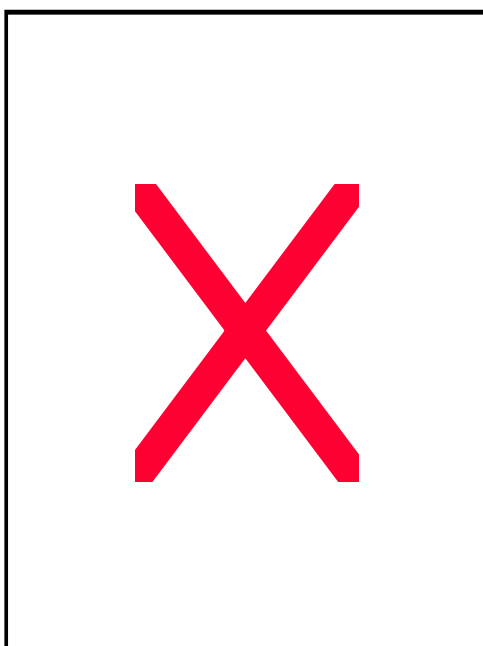
GRÁFICO 2



O gráfico 3 mostra como se distribui a renda entre os mesmos grupos sócio-econômicos no país. .Mais uma vez se evidencia a melhor distribuição de renda nos primeiro decis da distribuição entre os indivíduos com mais de 60 anos, o que demonstra a tendência de que menos idosos venham a viver em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza.

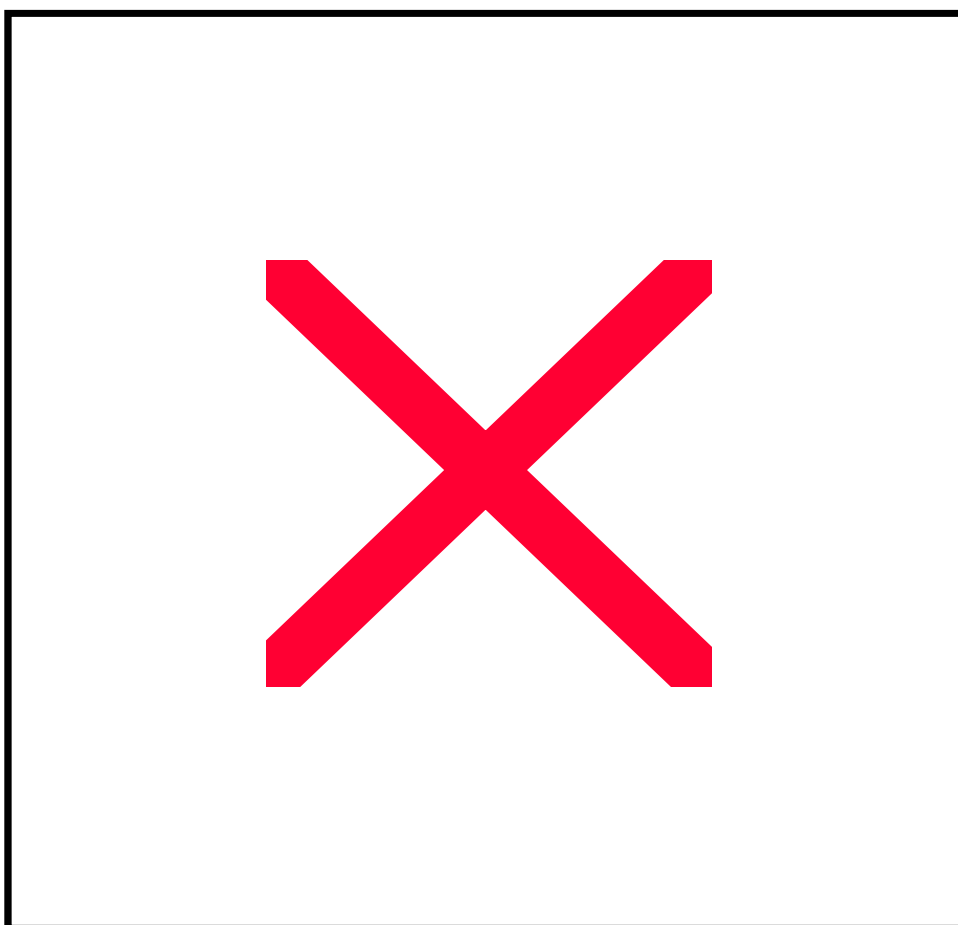
A primeira conclusão interessante, é de que 10% da população acima dos 60, vivem em famílias com rendimentos mensais em torno de um salário mínimo e 5% desse mesmo grupo etário têm rendimentos em torno de meio salário mínimo, o que é absolutamente previsível, levando-se em conta que esse é o principal indice para o cálculo de aposentadorias e pensões, que como já foi destacado, são as principais fontes de renda entre os idosos. Apoiadas por esse benefício, as famílias de idoso são as menos atingidas pela pobreza, com capacidade de geração de renda, proporcionalmente maior que a dos não idosos e da população total. É importante também salientar que a linha do total que é uma média ponderada da situação de todos os grupos etários, se encontra abaixo das linha do grupo de indivíduos acima dos 60, e entre 25 e 59 anos, o que evidencia desde já um situação pior das famílias compostas por menores de 25 anos.

GRÁFICO 3



Seguimos analisando a tabela 1; mais uma vez, há uma comparação entre pessoas entre 25 e 49 anos de idade, e com mais de 60, além do total

TABELA 1



Algumas conclusões são esclarecedoras:

1-) A estrutura de pobreza entre os idosos é quase sempre a mesma que existe entre os não idosos, ou seja, a maioria das características entre os pobres, estão presentes nos dois grupos: cor de pele parda ou preta, baixo nível educacional, residem em sua grande maioria na região Nordeste, entre outras.

2-) Em quase todos os casos, a percentagem de idosos pobres com determinada característica, é menor que a do não idoso como as mesma características; algumas como baixo nível educacional e o fato de residirem no Nordeste rural, são especialmente grandes; os dois casos têm uma relação direta com a previdência rural, pois muitos dos trabalhadores do campo, passam a receber mais com esse benefício, do que jamais receberam enquanto estavam ativos.

Depois dos dados acima, podemos concluir que a incidência de pobreza entre os idosos é inferior do que o a do resto da população, respondendo assim a primeira pergunta central do capítulo. De fato, os dados do PNAD 97, indicam que 37% da população vive na miséria, estando nessa situação 38% dos não idosos e 23% dos idosos; ou seja, a incidência de pobreza entre os indivíduos de mais de 60 anos, diminui a incidência de pobreza na média da população geral, o que pode ser comprovado se compararmos outros dados do mesmo PNAD, que indicam que a população de idosos responde por 8.6% da população total, e apenas 5.3% da população pobre.

Quanto influencia da presença do idosos na família, podemos recorrer a um equação que indica se ele contribui para o aumento ou diminuição da renda per capita:

$$y = (1-\alpha) y_0 + \alpha y_1 \quad \text{ou}$$

$$y = y_0 + \alpha (y_1 - y_0)$$

y_0 – Renda média dos não idosos

y_1 – Renda média dos idosos

α - Proporção de idosos no domicílio

Assim, se $y_1 > y_0$ (a renda média dos idosos for maior que as dos não idosos), a presença dos idosos aumenta a renda per capita das famílias, exatamente o que de fato ocorre segundo ainda os dados do PNAD.

Para encerrar o capítulo, chega-se a conclusão de que a incidência de pobreza entre os idosos é menor do que no resto da população, e que as famílias que possuem idosos em sua composição, têm menos chances de virem a ser classificadas como pobres; assim sendo, a passagem de um indivíduo da idade adulta para a velhice, pode aumentar bastante a

possibilidade de sua família antes classificada como sendo pobre, ultrapassar a linha de pobreza; principalmente se ele pertencer a áreas rurais de regiões mais pobres, e for beneficiado pelo regime especial de previdência rural, pois dificilmente teve rendimentos acima do novo benefício, enquanto dependia somente de sua força de trabalho.

III-CRIANÇAS

Ao se fazer uma análise da situação do idoso no país, foram levadas em conta algumas características peculiares a esse grupo sócio-econômico, como por exemplo a baixa volatilidade de renda (extremamente dependente das aposentadorias e pensões), e a alta volatilidade de gastos (devido principalmente a saúde), evidenciando a importância de benefícios previdenciário e de políticas de saúde para essa faixa etária.

No caso das crianças, além é claro da renda per capita de sua família, o principal fator a ser pesquisado, é sua ocupação; se está se dedicando exclusivamente aos estudos, acumulando capital humano para aumentar sua capacidade futura de trabalho, se está trabalhando, provavelmente com baixa remuneração ou se está simplesmente “parado”, ou seja, sem trabalho, mas também sem oportunidade de ingressar em escolas públicas por falta de vagas ou de interesse de seus pais

Na introdução foi feita uma breve análise dos fatores que fazem do Brasil um país pobre; a baixa qualificação dos seus empregados, é sem dúvida a principal fonte geradora de pobreza; e mais do que nunca, é preciso que as autoridades políticas brasileiras e a sociedade em geral, atendem para a situação da infância, para que se evite um futuro tão sombrio quanto o presente; não um futuro próximo, pois esse já está condenado em virtude da total omissão em relação ao investimentos governamentais nesse campo.

É exatamente por esse ponto, que inicio esse capítulo; sob o ponto de vista econômico, os gastos em educação devem ser tratados como um investimento (sem desconsiderar o impacto social); seja para a economia nacional, que tende a colher frutos, com um considerável aumento de produtividade das próximas gerações, como também para as famílias, que passam a sonhar com um futuro mais promissor para seus filhos; e também para a sociedade, uma vez que a baixa escolaridade dos mais pobres, gera indivíduos sem perspectivas, o que combinado a um crescente aumento do número de desempregados (devido principalmente à uma economia ineficiente, fruto de uma população sem estudos) e a uma crescente urbanização, acaba por se transformar numa explosão de violência, diminuindo o nível de bem estar dos mais ricos e criando um clima geral de insegurança.

Pois essa noção de investimento, é um dos pontos para se entender a falta de interesse em modificar a atual conjuntura. O investimento em educação, apesar de seguro, proporciona retornos somente no longo prazo, o que definitivamente não combina com o imediatismo de políticos e necessidades dos mais pobres.

Para um político, resultado é a chave para o sucesso; a necessidade imediata de se atingir bons índices no campo econômico é o principal motivo para justificar a alocação de recursos; outra prioridade para quem está no poder, é atender aos interesses corporativistas, não abandonando jamais seu “eleitorado fiel”, e sempre na esperança de anexar a esses, um novo grupo de interesses. Dificilmente vai se lutar com o afincado que a questão merece, se os frutos serão colhidos pelos sucessores; não somente por vaidade, mas principalmente pela necessidade de se manter vivo no cenário político, pois o aumento de investimentos em determinados setores, significa diminuição em outros, o que pode ser desastroso para aspirações por cargos nas eleições seguintes, pois se o político decide criar um projeto solicitando novos investimentos para os menores, o público beneficiado não poderá retribuir essa atenção, pois não participa diretamente do processo eleitoral; afinal de contas, crianças não têm idade suficiente para votar.

Mais dramática é a situação para as famílias; como no caso do país, aqui o retorno também é de longo prazo, e pior, talvez não venha nem beneficiar de fato, a parcela que decide por arcar com os custos educacionais, pois algumas vezes, esses agentes podem não

estar vivos, para desfrutar desses ganhos, até porque, quanto mais pobre, em média, menor a expectativa de vida. Os custos de se manter filhos estudando, para as famílias mais humildes, podem ser divididos entre as despesas básicas como material escolar, o que é já há algum tempo, obrigação do estado, e o mais oneroso, que a abdicação dos rendimentos auferidos pela criança ao exercer alguma forma de trabalho. Como impedir pais de famílias que na maioria das vezes não tem discernimento suficiente nem mesmo para enxergar as possibilidades de ganhos futuros, de abrir mão de consumo presente, num momento em que seus familiares passam por momentos de extrema dificuldade?

Felizmente têm surgidas algumas tentativas para solucionar esse problema. A principal política posta em prática, foi a bolsa escola, que consiste numa rendimento mensal para as famílias que mantenham seus filhos matriculados em escolas públicas. Antes de se fazer uma análise dessa política, alguns dados do PNAD 99 (Pesquisa nacional por amostra de domicílios) que comprovam a exploração do trabalho infantil:

- 3,2% das crianças entre 5 e 9 anos (375 mil crianças) e 14,9% (ou 2.5 milhões) das que estão entre 10 e 14 anos, estão ocupadas; Apesar de uma sensível melhora, fruto do sucesso das políticas sociais colocadas em prática (em 95, 3,2% das crianças entre 5 e 9 anos e 18,7% entre 10 e 14 anos, estavam ocupadas), esses números são alarmantes, e a situação emergencial.
- Dos 2,5 milhões de crianças que estão trabalhando, a maioria (aproximadamente 1.6 milhões) estão em atividades não remunerada
- A maior parte dessas crianças de até 14 anos, que está ocupada, vivem em áreas áreas agrícolas, principalmente no Nordeste.

Esses números servem para ilustrar o que já havia sido comentado no capítulo anterior. As crianças estão numa situação de abandono, e formam a faixa etária mais atingida pela pobreza. Muitas trabalham, sendo muito mal remuneradas, e perdem um irrecuperável tempo de estudo; são constatações pouco animadoras para um país que se auto intitula, o país do futuro.

Na subseção III.1, será feita uma breve apresentação do programa de Bolsa Escola; e a análise do público beneficiado, nos permitirá uma visualização da situação de renda das famílias compostas por crianças.

III.1) Bolsa Escola e incidência de pobreza entre as crianças

A bolsa escola é um programa que tem como objetivo criar um incentivo para que a família matricule seus filhos na escola. Como já foi ressaltado, crianças ingressam no mercado de trabalho prematuramente, impedindo assim, que tenham tempo livre suficiente para dedicar-se aos estudos. Problema para a criança, problema para o Brasil, já que o passo mais importante para um fase de crescimento sustentado é o aporte de capital humano, que aumenta a produtividade do trabalhador, aumentando a eficiência da economia como um todo.

O programa se resume a uma bolsa (benefício) para as famílias que possuem filhos matriculados em escolas da rede pública e que comprovem uma renda per capita mensal abaixo de um valor pré estabelecido, sendo esse benefício condicionado a uma frequência mínima do aluno.

Aplicado em 3 estados e 57 municípios e desde 1997, “patrocinado” em parte pelo governo federal, algumas características podem variar, o que incentiva um debate sobre sua melhor forma de implementação. Qual deve ser o valor do benefício? Esse valor deve ser o mesmo em todo país? Deve ser proporcional ao número de filhos matriculados?

É inegável que uma determinada quantia monetária, tenha um poder de compra bem superior no Nordeste rural, do que na cidade de São Paulo. Além do mais, o principal objetivo do programa é tirar as crianças de qualquer tipo de atividade produtiva, para se dedicarem exclusivamente aos estudos, por isso o incentivo para que a família participe do programa, é que esse possa gerar uma renda, no mínimo bem próxima do que seus filhos obtinham; sendo o valor da bolsa fixado nacionalmente em R\$15,00 por filho matriculado, dificilmente uma criança que vive em uma cidade grande, ganharia menos do que isso,

mesmo que fique parada nos sinais de trânsito pedindo esmolas. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de política social, tem uma finalidade redistributiva; assim sendo, não faz muito sentido, discriminar o valor do benefício, aumentando-o nas cidades mais ricas, o que poderia inclusive, incentivar o êxodo rural, fazendo com que famílias migrassem com seus filhos, do campo para cidade, devido a expectativa de maiores rendimentos.

A decisão de quanto será o benefício, depende então de uma pesquisa para se obter o mínimo necessário para incentivar a adesão dos pais, e logicamente da quantidade de recursos disponíveis para tal. Atualmente o valor (como já foi mencionado), é de R\$15,00 por criança matricula, podendo se chegar a R\$45,00, no caso da família possuir 3 ou mais filhos matriculados na rede de ensino pública.

Através de simulações feitas com dados do PNAD de 1999, pode se ter uma ideia do público beneficiado, e do aumento de renda per capita advindo desse benefício. É importante salientar que existe mais características inerentes ao programa, mas esse estudo procura buscar o necessário, para ajudar a expôr a atual situação de pobreza entre os indivíduos com menos de 15 anos. Assim, as tabelas 2 e 3, se encaixam nesse objetivo, pois além de simularem a quantidade de famílias potencialmente beneficiadas e seus ganhos per capita, permitem uma visão da estrutura de pobreza das famílias onde o menor está presente.

Os dados da tabela 3, indicam que de um universo de aproximadamente 32,6 milhões de crianças (no caso, indivíduos entre 6 e 15 anos), algo em torno de 15,4 milhões seriam possíveis beneficiados. Como para se obter esse direito, é necessário que se comprove uma renda per capita mensal abaixo de R\$90,00, se considerarmos esse valor como sendo uma linha de pobreza (poderia ser até maior), chegamos a conclusão de que aproximadamente 47% dessas crianças pertencem à famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza, ou seja, economicamente são pobres, socialmente miseráveis. É um número consideravelmente maior do que a quantidade de pobres de qualquer outra faixa etária, principalmente a dos indivíduos maiores de 60 anos.

Do ponto de vista de estrutura, pode se verificar que a maior concentração de crianças pobres está no Nordeste rural, com a porcentagem chegando a valores quase que extremos,

como 81% no Bahia, 86% no Ceará e 80% no Maranhão (sempre em relação à áreas rurais). Essas porcentagens diminuem consideravelmente, em termos de média, nas áreas rurais de outras regiões, principalmente as regiões sul e sudeste, e caem drasticamente quando olhamos para população urbana.

Outro ponto a se destacar na tabela 2, é que em quase todas as áreas de todos os Estados, o número de crianças potencialmente beneficiadas pela bolsa escola, é maior do que 50%, o que indica a importância do programa em termos nacionais.

Para finalizar, a tabela 3 indica que o benefício da bolsa escola elevaria a renda per capita das famílias participantes, em torno de 10 e 11%. A última coluna se refere à porcentagem de famílias que ultrapassariam a linha de pobreza, ou seja, se tornariam não pobres; uma análise indica que esse porcentagem será sempre maior nas regiões mais desenvolvidas do Brasil (principalmente Sul e Sudeste), comprovando que os pobres do Nordeste são mais pobres, do que os pobres do resto do país; precisariam de um valor mais elevado de benefício, para ultrapassarem a linha de pobreza.

A conclusão final do capítulo, é de que a incidência de pobreza entre as crianças é maior do que a de todas as outras faixas etárias, e de que as novas políticas têm surtido algum efeito positivo sobre o nível de renda das famílias pobres integradas por crianças, e principalmente sobre a diminuição da utilização da força de trabalho dessas crianças, como fator gerador de renda complementar no orçamento familiar; orçamento esse, que continua sendo complementado, mas agora através do benefício gerado pelo programa da bolsa escola.

Sob os dois aspectos citados acima, o programa tem sido um sucesso; porém quanto a possibilidade de ganhos com aumento de produtividade do trabalhador médio brasileiro, ainda é uma incognita. Essa resposta só pode ser obtida no longo prazo, e apesar da certeza desse ganho, ele pode ser um pouco mais modesto, em virtude do baixo nível de ensino do sistema público educacional.

TABELA 2

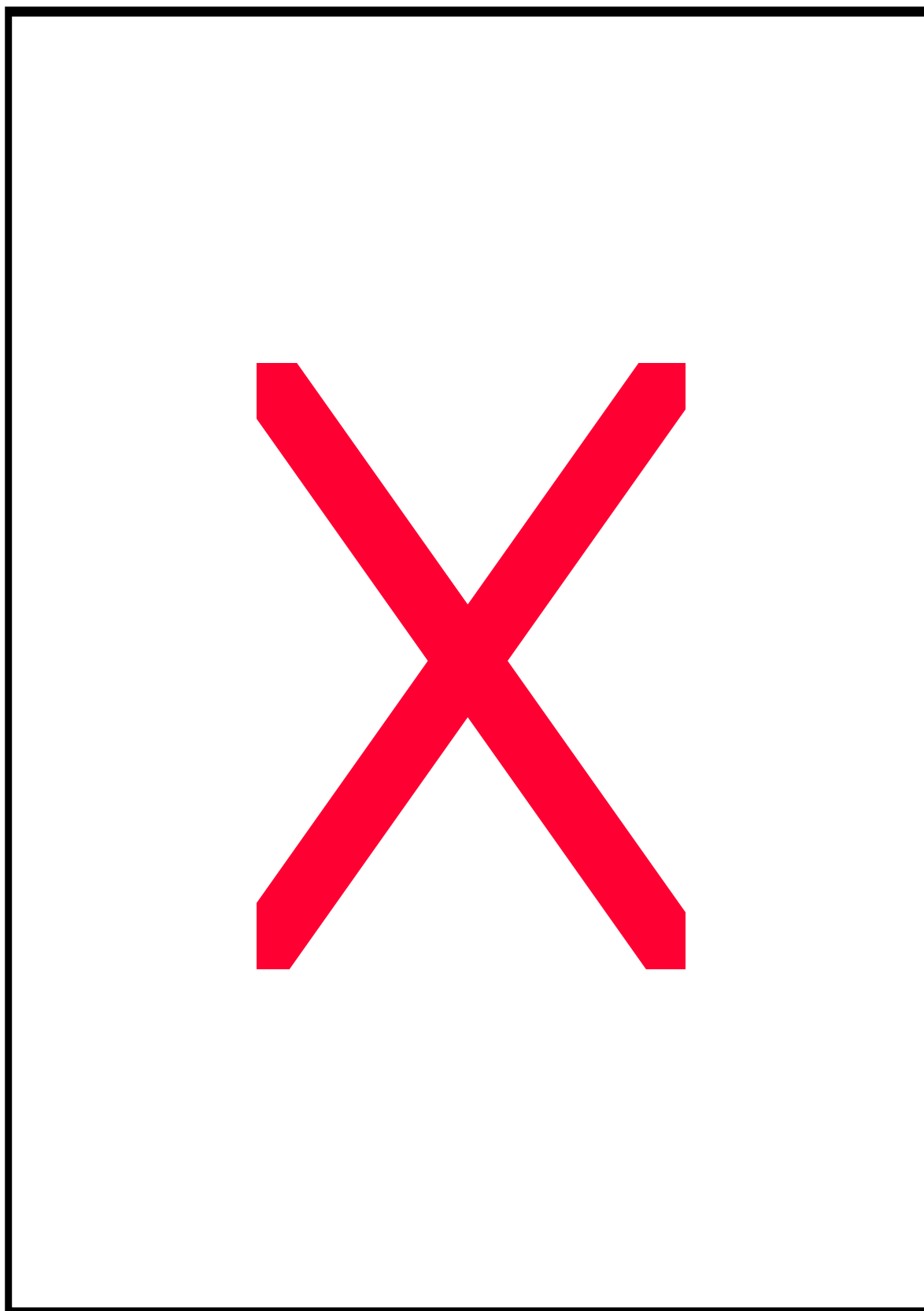
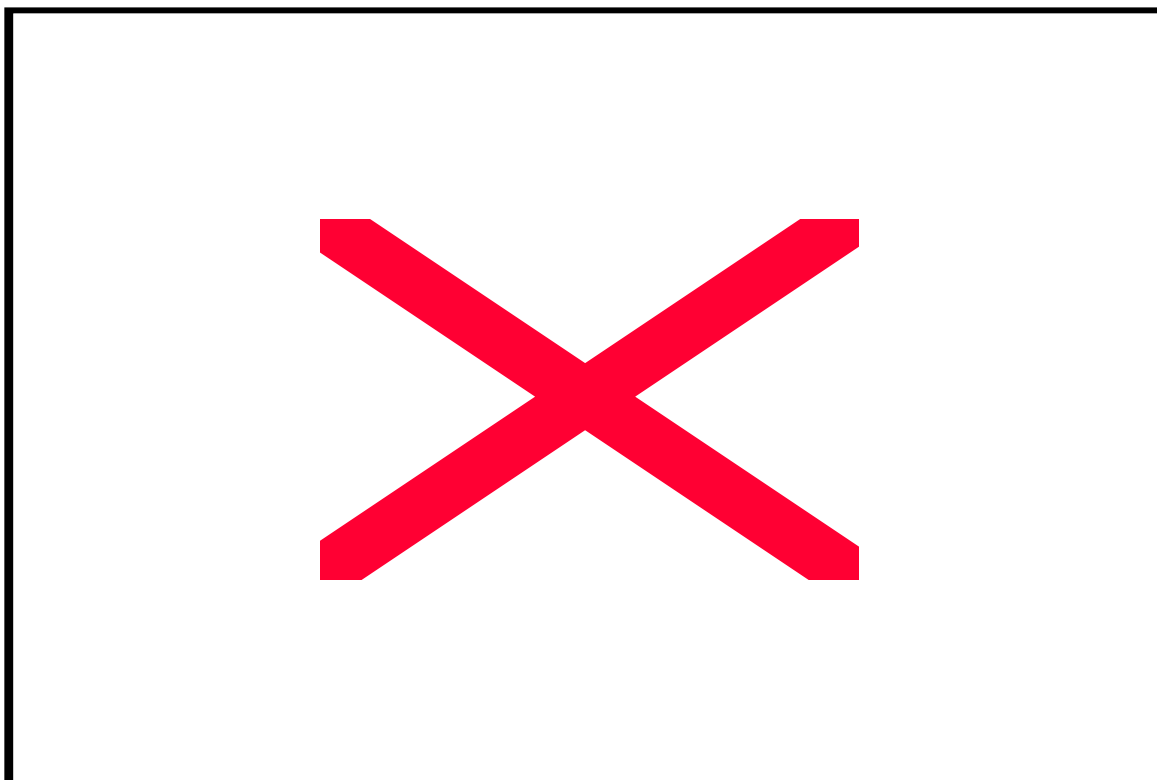


TABELA 3



IV) CONCLUSÃO

O Brasil é um país sempre lembrado pela alegria de seu povo, sua beleza natural, seu futebol, mas também pelas suas crianças de rua. Mais do que uma vergonha nacional, o descaso para com os menores é uma mazela social que já virou parte do cotidiano do brasileiro, não causando mais indignação, ou qualquer outro tipo de reação.

Por mais que as economias de sociedades onde o estado de bem estar já foi um realidade e deixou de ser, como a maioria dos países ocidentais europeus, estejam balançando, repleta de desempregados o que torna uma já pesada estrutura de seguridade, praticamente insustentável, por mais que essas economias produzam uma enorme quantidade de pedintes ou moradores de rua, é impossível encontrar entre eles, alguma criança. Dado o nível do PIB brasileiro, é difícil encontrar em um outro país com equivalente capacidade de geração de renda, a mesma situação de um certo descaso com a infância.

Se do ponto de vista social, podemos dizer que estamos frente a uma tragédia infantil, a conclusão é a mesma do ponto de vista econômico. O que pode se esperar do futuro de um país criado nas ruas? A escola não só é importante para a transformação do aluno em cidadão, como também para formação de capital humano que vai determinar o nível de produtividade e portanto de desenvolvimento da economia brasileira no futuro. Investir em

escolas, manter a criança na escola, nem que seja para que tenha um mínimo de noção de convívio social, um teto e uma merenda, deveria ser prioridade zero de política, para qualquer governo do mundo.

A principal conclusão desse estudo, indica que entre os dois grupos sócio econômicos analisados, os idosos estão em melhor situação do que todo resto da população, enquanto as crianças estão em uma dramática situação de miséria.

De forma a resumir as conclusões, a porcentagem de crianças vivendo em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza, é maior que a do resto da população, enquanto a de idosos é menor. Os resultados comprovam que a presença de uma criança, aumenta a possibilidade da família vir a ser pobre, enquanto a presença do idoso diminui sensivelmente; mais que isso, a passagem de um indivíduo da idade adulta para velhice, pode significar um salto além da linha de pobreza para sua família, da mesma maneira, a passagem da infância para juventude pode ter esse mesmo efeito. Portanto, crianças e idosos não só estão em lados opostos na pirâmide etária, na base e no topo respectivamente, como também na pirâmide econômica.

. Os idosos estão muito longe de usufruir de condições dignas e ideais para que o país pudesse se orgulhar do nível de bem estar de sua terceira idade; muito pelo contrário, só ganharam um pouco de fôlego, emprestado pelo sucesso de políticas recentes que serviram apenas, não em todos os casos (conforme indicado no capítulo dois, ainda existe muitos idosos vivendo em famílias abaixo da linha de pobreza), para transformá-los economicamente em não pobres, ou popularmente, em não miseráveis. Já o trabalho infantil e o analfabetismo, apesar de diminuírem, também em função de políticas recentes, definitivamente ainda precisam de um “tratamento de choque”; são problemas a serem resolvidos com urgência, e devem ser o principal foco de novas políticas sociais.

Sobre as políticas sociais, algumas observações devem ser feitas; conclusões de capítulos anteriores, indicam como mesmo quando geram bons resultados, precisam ser cuidadosamente estudada para que ao serem colocadas em prática, não venham criar efeitos contrários, contribuindo para a disseminar ao invés de atacar a pobreza.

A bem sucedida política de previdência rural, é hoje uma enorme dor de cabeça para os articuladores do sistema previdenciário nacional. Como nos países citados por terem sido exemplo de prosperidade social, o excesso de seguridade traz um enorme problema de sustentação, pior ainda quando cria incentivos negativos; se lá, o governo não sabe mais como sustentar os benefícios existentes, aqui o problema parece ser de longo prazo, e aumenta a medida que mais trabalhadores percebem que devido ao direito a renda mínima, mais vantajoso é não contribuir ; e, a não ser que sejam acometidos por um improvável sentimento cívico e nacionalista, se lançarão na informalidade e aumentarão a dificuldade de autogestão desse sistema.

O grau de complexidade dessas políticas, é comprovado também ao analisarmos a bolsa escola. Qual deve ser o valor mensal para que realmente seja benéfico para os pais, manterem a criança matriculada? Esse valor deve ser igual em todas as cidades do país? Um filho adicional matriculado, deve gerar uma renda adicional? O capítulo três ajudou a responder essas perguntas, que indicam o quanto esse política é importante e terá ainda que ser debatida, para um constante aperfeiçoamento. O valor do benefício é o mínimo necessário para que a família do menor não tenha perda de rendimentos proveniente da saída do filho do mercado de trabalho, deve ser igual em todo país, e depende também da realidade orçamentária do país. É principalmente devido essa escassez de recursos que se deve enfatizar mais uma vez a lisura e responsabilidade para sua melhor alocação.

A pobreza e desigualdade de renda geram fome, violência, instabilidade, além de ineficiência à economia, trazendo malefícios não só para os diretamente prejudicados, que são os miseráveis, mas também a sociedade em geral, tanto do ponto de vista econômico, já que afetam o bom funcionamento dos mercados , como social , criando um clima de constante insegurança.

Para acabar ou pelo menos atenuar esse problema, necessita-se antes de mais nada, que se abdique um pouco de interesses políticos, e se tenha um maior profissionalismo na hora de decidir sobre como utilizar a verba colocada a disposição para combatê-lo, sem que haja má fé ou desperdício do dinheiro público, fatos costumeiros no cenário atual

Uma mapa detalhado da estrutura de pobreza no Brasil, é o primeiro passo para formulação de políticas eficientes e bem focadas que venham a favorecer quem realmente necessita, e otimizar a possibilidade de retornos futuros. Para se pensar em solução, deve-se antes saber exatamente qual é o problema. Depois disso, passa a ser apenas uma questão de vontade política

O PIB per capita brasileiro está bem acima das linhas de pobreza utilizadas nos estudos mais recentes; isso indica que o Brasil não é um país pobre, e demonstra os erros de políticas passadas; estudos recentes indicam que a transferência de algo em torno de 4% da renda gerada, em direção às famílias mais necessitadas, seria o suficiente para erradicar a pobreza (no sentido econômico) no Brasil.

É possível!

BIBLIOGRAFIA

Ricardo Henriques (org), IPEA 2000,
Desigualdade e pobreza no Brasil Muito além dos 60

A. A. Camarano (org), IPEA 2000,
Muito além dos 60, os novos idosos do Brasil

Barros, R.P., Camargo, J.M. e Mendonça ,
“Determinantes da Pobreza no Brasil”

Barros, R.P., Camargo, J.M. e Mendonça , RS,
“Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho”

Barros, R.P., e Mendonça ,R.S. ,
“Os Determinantes da Desigualdade no Brasil”

Camargo, J.M.,
“Os Miseráveis”, 27/03/93

Home page IBGE